

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Economia

Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)

Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700

<http://www.proac.uff.br/econ/graduacao>

esc@vm.uff.br

Editor: Luiz Fernando Cerqueira; lcer@uol.com.br; lfcerqueira@economia.uff.br.

Preferências por redistribuição no Brasil: Uma análise da influência da religião

Yasmín Salazar Méndez

TD 310
Março/2015

RESUMO

A literatura internacional é rica em estudos voltados ao entendimento das preferências redistributivas dos cidadãos de países desenvolvidos, com ênfase na clássica comparação entre Estados Unidos (pouco apoio à redistribuição) e Europa (forte apoio). Tais preferências seriam moldadas por fatores de naturezas distintas – ideológicos, identitários, institucionais, econômicos etc. A religião tem sido estudada também. De modo geral, encontra-se correlação negativa entre religiosidade e apoio à redistribuição, bem como variação em função da denominação religiosa (ex. protestantes menos favoráveis à redistribuição que católicos). Neste estudo investiga-se a influência da religião na determinação das atitudes redistributivas em quatro cidades brasileiras a partir da base de dados 'ECosociAL' e estimam-se regressões cujas variáveis dependentes são diferentes indicadores de apoio à redistribuição. O grau de religiosidade revela-se negativamente correlacionado ao apoio a políticas redistributivas; católicos seriam menos favoráveis do que evangélicos à implementação de políticas focalizadas.

PALAVRAS CHAVE: Preferências por redistribuição, Economia, Religião.

JEL: D30, D60, Z12.

1) INTRODUÇÃO¹

Na economia considera-se que indivíduos realizam suas escolhas maximizando uma função de utilidade. Considerando que a redistribuição é de ricos para pobres e aplicando esse comportamento maximizador às preferências por redistribuição, poderia se concluir que os pobres são a favor de políticas redistributivas e os ricos contra. Não obstante, modelos teóricos e evidências empíricas sugerem que compreender os fatores que influenciam na demanda por redistribuição vai além de ganhos e perdas econômicas, pois fatores de diversa índole fazem parte do quebra cabeças “preferências individuais por redistribuição”. Existem alguns sinais de determinados fatores que moldariam as preferências por redistribuição, porém os motivos que levam os cidadãos de países democráticos a apoiar ou não a redistribuição é um tema que não foi compreendido em sua totalidade, isto apesar de que uma melhor compreensão poderia auxiliar para minorar o descompasso entre welfare state e políticas econômicas (Fong 2001). Sintetizando os fatores que já foram analisados pode-se manifestar que as preferências por redistribuição são influenciadas por fatores: econômicos, identitários, ideológicos, institucionais, características individuais etc.

Como parte dos fatores econômicos e como um dos mais estudados e controvertidos aparece a renda. Por um lado estão os cientistas que argumentam o efeito negativo da renda atual no apoio a políticas redistributivas (Meltzer e Richard 1981), enquanto que outra corrente mostra que a renda não é um bom previsor das preferências por redistribuição (Fong 2001, Corneo e Grüner, 2002). Complementando essa visão aparece a influencia da mobilidade social. Piketty (1995) expressa a importância das experiências passadas na determinação das expectativas de mobilidade futura. Na mesma linha Bénabou e Ok (2001) sugerem a possibilidade de que as pessoas mais pobres poderiam ser menos favoráveis a medidas redistributivas devido a suas expectativas de mobilidade futura ascendente.

No caso dos fatores identitários pode-se colocar à etnia e a religião. O fator étnico tem sido analisado especialmente para comparar as atitudes redistributivas das populações branca e afroamericana dos Estados Unidos. Se confirma o comportamento

¹Agradeço à Capes pelo auxílio financeiro outorgado através da bolsa do convênio PEC-PG. Expresso meu agradecimento às Professoras Roselaine Navarro e Cecilia Mariz. Os achados, interpretações e conclusões deste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

pró-redistribuição dos afroamericanos. No que tange à religião, em estudos realizados para países desenvolvidos sugerem que a religiosidade tem um efeito negativo na disposição à redistribuição, ou seja, altos níveis de religiosidade se relacionam com baixos níveis de apoio a políticas redistributivas.

Neste trabalho objetiva-se analisar a influência da religião na determinação das atitudes redistributivas dos cidadãos de quatro cidades do Brasil², pretende-se a partir de uma análise empírica observar se é possível deduzir para o Brasil resultados semelhantes aos obtidos em estudos feitos para países desenvolvidos –que apresentam composição religiosa e um histórico religioso diferente do brasileiro–. A análise foi feita com os dados da pesquisa ECosociAL (2007) da Corporação de Estudos para Latino América (CIEPLAN), do Chile, e do Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), do Brasil.

O artigo está organizado da seguinte forma, além desta introdução e das conclusões. A seção 2 está dedicada a aspectos teóricos e empíricos da relação religião – preferências por redistribuição, também se revisam alguns rasgos gerais dos protestantismo no Brasil e as hipóteses que norteiam o trabalho. Na seção 3 apresenta-se a metodologia e a descrição dos dados. Na seção 4 discutem-se os resultados obtidos.

2) ECONOMIA, PREFERÊNCIAS POR REDISTRIBUIÇÃO E RELIGIÃO

2.1) Economia e religião

Em um primeiro momento pode parecer estranho abordar a religião³ na economia, porém, lembrando no século XIX a John Stuart Mill, a Max Weber no século XX, e a Karl Marx (1969) com sua célebre catalogação da religião como “o opio do povo” pode-se inferir a histórica presença da religião na economia. Formalmente, o estudo de fatos econômicos ligados à fé, deu lugar ao desenvolvimento da denominada “Economia da Religião”. Para Iannaccone (1998) essa área teve um “lento começo”, mas isso não tem impedido que alguns cientistas econômicos tenham manifestado interesse em continuar pesquisando sobre os aportes de alguns economistas estudiosos

² A base de dados inclui uma pesquisa realizada em: Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e o Salvador.

³ Define-se a religião “como um conjunto de crenças, atividades, e instituições sob a premissa da fé em forças supernaturais”. Exclui-se desse grupo a ideologia política e filosofias seculares. (Iannaccone, 1998, p. 1466; tradução nossa).

de temas religiosos como: Adam Smith⁴ (1776) , Max Weber (1904), Corry Azzi e Ronald Ehrenberg⁵ (1975), o mesmo Laurence Iannaccone (1998), e Barro e McCleary (2003, 2006).

A economia da religião tem um papel relevante⁶ ao contribuir com um melhor entendimento dos “comportamentos não mercantis”; explicar quão sensíveis são os modelos econômicos ao efeito de normas, crenças, valores; e no entendimento de como esses fatores podem influenciar atitudes econômicas em diferentes níveis: individual, comunitário ou da sociedade (IANNACCONNE, 1998).⁷ Segundo esse autor os estudos que relacionam a religião com economia podem ser divididos em três grandes linhas de pesquisa: 1) aplicações da teoria microeconômica que explicam o padrão de comportamento entre indivíduos, grupos e culturas, 2) consequências econômicas da religião, e 3) princípios teológicos que podem guiar a formulação de políticas econômicas⁸.

Dentro das duas primeiras linhas de pesquisa destacam-se Barro e McCleary (2003) que realizaram grandes aportes à economia da religião. Para esses autores na economia a religião tem uma interação de “duas vias”. Por um lado ajuda para uma melhor compreensão de como a religiosidade influencia na determinação de características individuais tais como: ética no trabalho, honestidade, confiança etc. e como esses fatores agem no desempenho econômico. No segundo caso a religião colocada como variável dependente ajuda a entender como o crescimento econômico e as instituições políticas influenciam nas crenças e participação religiosas.

4 Para Barro e McCleary (2007) o estudo conjunto de economia e religião teve seus inícios com Adam Smith e sua obra “A Riqueza das Nações”, obra na qual segundo Barro e McCleary o autor considerava as crenças religiosas como “opções racionais”.

5 Autores do primeiro modelo formal econômico a estabelecer os determinantes da participação religiosa dos indivíduos.

⁶ A produção acadêmica relacionada com a economia da religião tem presença em diversos periódicos acadêmicos tais como: Journal of Political Economy, Economy Inquiry, Explorations in Economic History, Public Choice, the Journal of Law, Economics, and Organization, the Journal of Economic Behaviour and Organization, and the Journal of Institutional and Theoretical Economics (Iannaccone, 1998, p. 1490).

⁷ Apesar de o Brasil ser um país com uma grande porcentagem de pessoas religiosas, os trabalhos de economia da religião são raros. Conheça-se as contribuições de Oliveira et al. 2012 e Anuatti-Neto e Narita (2004).

⁸ Por exemplo, os denominados “Economistas Islâmicos” que baseiam suas propostas de tributação, redistribuição de renda, sistemas bancários e temas financeiros em geral, nos princípios do Corão. Outro exemplo é a intervenção da igreja católica na proibição do exercício da “usura”.

2.2) O papel da religião nas preferências por redistribuição

Contrariando o que a intuição poderia sugerir, existem evidências da correlação negativa entre religiosidade e apoio a redistribuição, porém, esses indícios não permitem concluir que indivíduos religiosos não sejam “generosos”. A redistribuição de ricos para pobres é maior na Europa do que nos Estados Unidos, porém, as contribuições via caridade privada são maiores nesse último país. Em 2000, registrou-se uma contribuição por conceito de caridade de 691 dólares per capita nos Estados Unidos, 141 no Reino Unido e 57 na Europa (LUTTMER, 2001). De novo, o anterior não que dizer que os americanos sejam mais altruístas que os europeus, pois os canais de contribuição são totalmente diferentes. Quando um indivíduo decide dar caridade, está exercendo sua vontade, pois essa é uma ação livre ou motivada por seu grupo religioso, não obstante, com a possibilidade de escolher a quem conceder o benefício. Já no caso dos impostos, essa possibilidade de escolha não existe e pode existir o sentimento de insatisfação se esses impostos não se “transformam” em serviços públicos de qualidade.

Para entender essa diferença, Bénabou e Tirole (2006) compararam a Europa versus os Estados Unidos e desenvolveram uma teoria que explica por que as pessoas precisam acreditar em um mundo justo “*Belief in a Just World*” (BJW); por que essa crença varia entre países e como essa concepção de mundo justo influencia no apoio a políticas redistributivas e na percepção das causas da pobreza explicando além da diferença entre estadunidenses e europeus, diferenças entre membros de diferentes religiões. Para analisar as diferenças entre as diferentes religiões se baseiam na “Ética Protestante”, assumem que existe vida após a morte bem como prêmios e castigos que estão relacionados com esforço e empenho na vida terrena. Não obstante, as crenças dos agentes poderiam experimentar variações devidas por sinais (negativos como avanços científicos, tragédias pessoais etc., ou positivos como preces atendidas, milagres etc.). Como resultados do modelo religioso, Bénabou e Tirole concluem que os indivíduos mais religiosos e adeptos à ética individualista do trabalho (nos termos de Weber) se mostram como mais trabalhadores, desejam menores taxas de impostos e, portanto, baixos níveis de redistribuição. Desta forma, se existe uma maior proporção de indivíduos religiosos protestantes, consolidam-se como o eleitor pivô e expressam suas preferências por baixos níveis de redistribuição e sob essas condições esperam-se dois equilíbrios: 1) um com altos níveis de fervor religioso “equilíbrio da ética protestante do

trabalho” – no qual se observam trabalhadores realizando esforço máximo e com baixos níveis de redistribuição–, e 2) um equilíbrio com predominância do agnosticismo ou com forte presença de religiões nas quais não é primordial a laboriosidade como fonte de obtenção de recompensas e que se caracteriza por um *welfare state* generoso.

Numa análise entre países e focado a grupos religiosos Huber e Stanig (2011) analisam o efeito dos grupos religiosos nas preferências por redistribuição. Segundo os autores, as organizações religiosas tornariam possível o fato de que ricos e pobres – religiosos– conformassem uma coalizão eleitoral a favor de impostos baixos e pouca redistribuição.⁹ Desenvolveram um modelo considerando um ambiente com dois partidos políticos e três grupos: ricos, religiosos pobres e seculares pobres. Os ricos pagam impostos e fazem contribuições aos religiosos pobres através de doações à organização religiosa. A definição da política fiscal se dá em três etapas: 1) os dois partidos políticos comunicam a política fiscal preferida e que será implementada só se o partido for eleito, 2) os indivíduos votam e a política fiscal é implementada, e 3) dependendo do nível de tributação os ricos podem fazer contribuições a organizações religiosas. A política fiscal imperante se define com o eleitor pivô. O grau em que as preferências políticas de religiosos e seculares divergem depende do nível de separação Estado-igreja, que no modelo se traduz com o grau de apoio financeiro do governo a programas sociais liderados pela igreja. Neste ponto existem diferenças importantes entre os países europeus e os Estados Unidos. Usando as informações contidas na *Comparative Study of Electoral System*¹⁰ Huber e Stanig (2011) testaram seu modelo teórico para 25 países com a utilização de um modelo hierárquico linear. Definindo quatro grupos: seculares pobres, seculares ricos, religiosos ricos, e religiosos pobres, analisaram a relação existente entre o fato de ser membro de uma organização religiosa e a ideologia política de preferência. Como resultados do estudo existem evidências de que os países com tradição de apoio do Estado a entidades religiosas poderiam ter preferências por partidos de Esquerda e ao nível individual destinarem menos recursos para a caridade privada como é o caso de países europeus –um exemplo disto são a Bélgica com forte presença de instituições sociais administradas pela igreja católica e a Finlândia com predominância da igreja Luterana evangélica–. Resultados diferentes são

⁹ Algumas comunidades religiosas sustentam importantes programas sociais –casas de acolhimento, centros de saúde, escolas religiosas etc.– que são destinados a beneficiar indivíduos religiosos exclusivamente.

¹⁰ Programa de pesquisa pós-eleitoral com a participação de 50 países no mundo. Contem informações relacionadas com: renda, religiosidade, políticas, e sociodemográficas. Os dados estão disponíveis para o período 1996 – 2006.

observados nos Estados Unidos, país com um *welfare state* reduzido e com altos níveis de caridade privada se comparado com os países europeus. Em geral, os autores encontraram que os seculares pobres preferem partidos de Centro em países com apoio médio do Estado à igreja. Na média os ricos preferem partidos de Direita –aqueles que preferem ajudar a seculares pobres–. Os religiosos ricos têm preferência por partidos mais conservadores que os ricos seculares. Os seculares pobres apoiam mais os partidos de Esquerda em países com altos níveis de apoio do estado à igreja. Já os religiosos pobres mostram preferência por partidos de Direita

Desde outra perspectiva, considerando que religião e *welfare state* seriam mecanismos substitutos para assegurar os indivíduos contra eventos adversos da vida Scheve e Stavasage (2006) analisam o fato de que as pessoas religiosas preferem níveis menores de redistribuição ao serem comparados com pessoas seculares. Em um nível macro, argumentam que se os resultados políticos refletem as preferências dos habitantes de um país, não seria surpreendente encontrar países muito religiosos com *welfare states* reduzidos. Analisam como a prática de uma vida religiosa pode ser uma espécie de previdência social para os indivíduos, e como a religião constitui um “para-choque” para enfrentar situações difíceis assumindo que: 1) os eventos adversos da vida (desemprego, doença etc.) ocasionam, além de um obvio custo monetário, um custo psíquico (perda da autoestima, estresse), 2) apoiando-se na teoria e nas evidências empíricas da psicologia relacionadas com o papel da religiosidade e seus benefícios psicológicos que são comparáveis a ter uma boa posição econômica, estar empregado ou uma aposentadoria razoável, e 3) assumindo que os indivíduos têm uma função de utilidade na qual os custos monetários e os custos psíquicos não podem ser separados. Com dados da *World Values Survey*¹¹ (WVS) e da *International Social Survey Programme*¹² (ISSP), Scheve e Stavasage (2006) acharam evidências do efeito negativo do nível de religiosidade no *welfare state* e mostraram que os indivíduos religiosos são menos favoráveis ao gasto social do que os seculares.

Finalmente, Chang (2010) traz achados sobre as religiões predominantes na região oriental. Através de seu estudo mostra a relevância de fazer um estudo para países do leste asiático que têm uma composição religiosa diferente do mundo

¹¹ A *World Values Survey* vem sendo desenvolvida desde 1981 em 100 países com o intuito de coletar informações relacionadas com valores e crenças em temas como: democracia, tolerância com grupos étnicos minoritários, religião, globalização, meio ambiente, trabalho, família, e política, entre outros.

¹² Pesquisa realizada anualmente desde 1984 em 48 países . são abordados temas de interesse para as ciências sociais.

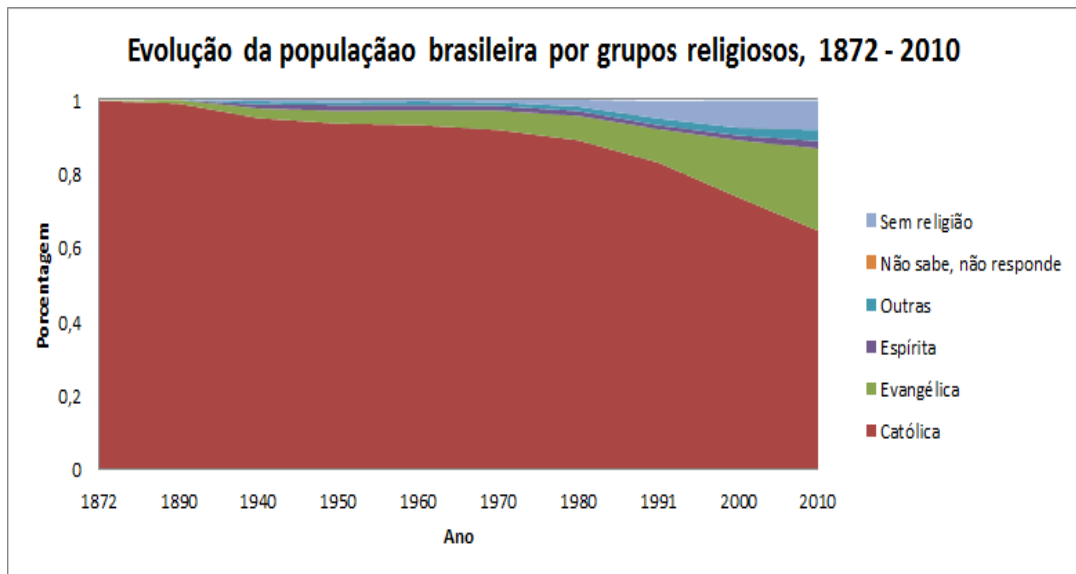
ocidental. Por exemplo, segundo o autor o budismo, o taoísmo e o confucionismo têm uma doutrina orientada ao bem-estar coletivo em vez do sucesso individual e têm como valores tradicionais: coletivismo, responsabilidade grupal, aceitação e respeito de hierarquias, e tendência a preferir um papel mais ativo do governo no que se relaciona com a distribuição da riqueza. Considerando as religiões: budismo, taoísmo, folk, católica, e protestante; a frequência de participação em atos religiosos; e, variáveis socioeconômicas, obteve evidências de que os protestantes são mais favoráveis a políticas de previdência social se comparados com indivíduos não religiosos. Enquanto à provisão de *welfare* social governamental os budistas e os taoístas aparecem como mais favoráveis, isto segundo argumenta o autor se deve a razões de valores morais e porque segundo os seguidores destas religiões os custos do bem-estar social devem ser providenciados pelo governo.

2.3) A religião no Brasil: principais mudanças

Desafiando a alcunha algo hiperbólica de ‘maior país católico do mundo’, o Brasil ultimamente tem apresentado mudanças importantes, no que se refere à presença de diversas religiões e na forma como se difundem e atuam na sociedade. em termos quantitativos e qualitativos. No período 1990-2010, segundo dados do IBGE (2010), observa-se um importante declínio da proporção de católicos, que recuam de 83 para 65% da população, enquanto evangélicos experimentam ascensão de 9 a 22%, e aqueles que se identificam como “sem religião” dobram sua proporção, passando de 4 a 8% no período (Ver Figura 1).

No grupo dos evangélicos se colocam os adeptos pertencentes às igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista, Batista, Adventista) e as correntes denominadas pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor, Casa da a Bênção etc e neopentecostais Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra) (MARIANO, 2004).

Figura 1 – Evolução da população brasileira por grupos religiosos, período 1872 – 2010



Fonte: Censo IBGE 2010. Elaboração própria.

O pentecostalismo ganhou papel estelar neste processo de mudanças, do total de evangélicos, 60% são pentecostais, restando presença cada vez mais ao protestantismo clássico. A diferença entre o protestantismo histórico e o pentecostalismo radica na importância que o último grupo religioso atribui aos dons do Espírito Santo que se materializariam na forma de: dons de línguas (glossolalia), cura divina, expulsão de demônios e a obtenção de bençãos e milagres. Dentro do pentecostalismo se distinguem três correntes: 1) pentecostalismo clássico cuja característica principal é a crença no dom das línguas e uma posição radical anticatólicas, 2) uma vertente que teve seus inícios na Cruzada Nacional da Evangelização na década de 1950 e que enfatiza a cura divina e a divulgação mediática de sus cultos religiosos e 3) o neopentecostalismo que teve sua origem na década de 1970 e que aparece como o grupo com maior expansão (MARIANO, 2004).

Atribuem-se como os fatores de êxito para o crescimento neopentecostal: a promoção mediática, a certa flexibilidade com que alguns temas,¹³ a discussão de temas

¹³ Existe uma flexibilização relacionada com o uso de roupas, a participação em atividades de lazer e esportivas, em palavras de Mariano (2004, p. 124) o neopentecostalismo é mais “liberal”

ligados com a política,¹⁴ e a Teologia da Prosperidade ou Confissão Positiva (MACHADO, 2012). Esse último aspecto do neopentecostalismo brasileiro, teria como base de sua ideologia um “Deus milagroso” com ênfase em recompensas materiais, e também da saúde.

A promessa da obtenção de uma “vida com abundância” através do canal religioso, provavelmente seja um dos motivos que nas religiões pentecostais seus adeptos sejam principalmente pessoas de baixa renda, tal como o mostra Neri (2014).¹⁵ A religião seria o único caminho para alcançar o bem-estar material, deixando de lado inclusive aspectos culturais, econômicos e políticos (Bobsin, 1995).

Esta revisão –que não pretende ser exaustiva– das características gerais do evangelismo brasileiro, persegue identificar *grosso modo* os rasgos econômicos e políticos de seus adeptos, como para ter uma indícios de uma provável atitude redistributiva. Outra pista aparece nesse novo e complexo cenário religioso no qual mercado e religião parecem estar muito próximos, e o papel weberiano do trabalho, ponto de interesse neste capítulo, ainda teria espaço e seria o meio para alcançar a prosperidade econômica:

Com respeito à conexão entre carência econômica e religião Freston afirma não estar esta associada a um discurso de cima para baixo, mas sim ao fato de que todo indivíduo religioso busca soluções em sua fé. Numa feliz leitura sobre religiosidade e aspiração à prosperidade econômica, afirma que o pentecostalismo reforça a ética do trabalho, auxiliando inclusive os desempregados a montar seu próprio negócio, ainda que seja uma economia informal (SOUZA e MAGALHAES, 2002).

Além das mudanças religiosas mencionadas anteriormente, como outro rasgo interessante, chama a atenção o nível de fragmentação religiosa¹⁶ do Brasil. Em um índice desenvolvido por Alesina et al. (2003) para mensurar o grau de fragmentação religiosa em 190 países, o Brasil aparece como um dos países com maior índice de fragmentação religiosa, isso segundo os autores, pode ser interpretado como reflexo de

¹⁴ O crescimento do número de fiéis pentecostais tem caminhado junto com uma maior intervenção política dos líderes das comunidades pentecostais e com uma perda do poder do catolicismo ameaçado pela democracia que também se traduz em pluralismo religioso (MACHADO e BURITY, 2014).

¹⁵ Pessoas pertencentes a classe social D são predominantes no pentecostalismo em geral seguidos pelos pobres. Já no protestantismo clássico predominam as classes A, B e C (Neri, 2014).

¹⁶ Define-se o índice de fragmentação como a probabilidade de que dos indivíduos escolhidos aleatoriamente pertençam a grupos diferentes (alcança o valor máximo de 1 quando cada pessoa pertence a um grupo distinto) e tem como objetivo mensurar o grau em que uma sociedade se divide em distintos grupos. Esteban e Ray (2007, p. 9 - 10). Alesina et al. (2002) argumentam em seu estudo que os maiores valores deste índice são alcançados nas sociedades mais tolerantes e livres (*Ibid.*, p. 4).

uma sociedade “livre e tolerante” (*Ibid.*, p. 4). O valor do índice de fragmentação do Brasil o deixa perto de países como: a Alemanha, o Reino Unido, o Canadá, a Austrália, e os Estados Unidos –ocupam os primeiros lugares–. Na América Latina, o Brasil destaca-se no primeiro lugar.

2.4) Hipóteses

As hipóteses que norteiam este trabalho derivam-se de argumentos existentes na teoria relacionada com religião e *welfare state*.

1. Testa-se, em primeiro lugar, o efeito de pertencer a uma religião ou não (religiosos versus seculares). Conforme Huber e Stanig (2011), os religiosos seriam a favor de menos redistribuição, dado que esperam que a tarefa redistributiva seja realizada pela igreja. Por outra parte, Scheve e Schavasage (2006) manifestam que a participação religiosa pode oferecer relativa “segurança pessoal”, de modo que indivíduos religiosos prefeririam níveis menores de gasto social em relação aos indivíduos seculares.

2. Analisa-se também o efeito da denominação religiosa no Brasil, considerando-se os seguintes grupos de análise: católicos, evangélicos (protestantes), outras religiões, e ateus/agnósticos/sem religião. A literatura internacional sugere que protestantes seriam mais resistentes a apoiar medidas de redistribuição do que católicos, o que se explicaria, por exemplo, conforme Bénabou e Tirole (2006), pelo fato de os adeptos da ética protestante mostrarem maior tendência a acreditar que o mundo é justo e que cada um obtém na vida o que merece assim como pela visão de trabalho como uma “vocação”. Essa concepção poderia traduzir-se no peso atribuído pelos protestantes ao esforço individual como fonte de sucesso na vida: se o mundo for de fator justo, todos os indivíduos terão as mesmas chances de progredir. Contudo a heterogeneidade intraprotestantismo existente no Brasil poderia não seguir a tendência observada em países com uma tradição protestante clássica.

3. Para além da dicotomia ‘religioso versus secular’, a intensidade da religiosidade poderia também ter um efeito negativo no apoio por redistribuição. Bénabou e Tirole (2006) argumentam que os indivíduos mais religiosos seriam mais diligentes na hora de

cumprir suas tarefas, e menos dispostos a apoiar políticas redistributivas financiadas pela tributação. Guiso et al. (2003) também evocam a importância da intensidade da vida religiosa, uma vez que ser praticante estaria associado à interação de indivíduos pertencentes a uma religião com outros que professam fé similar, além de maior identificação com organizações ou instituições religiosas. A intensidade da vida religiosa poderia então traduzir-se em um sentido de pertencimento e de identificação com uma agrupação religiosa, de modo que pessoas mais fervorosas teriam comprometimento maior com correligionários, mas não com aqueles que sigam preceitos religiosos diferentes dos seus, tolhendo suas aspirações a uma redistribuição anônima e institucional, tal como a feita pelo Estado.

3) DADOS E ESTRATÉGIA EMPÍRICA

3.1) Dados

Os dados analisados neste trabalho correspondem à pesquisa ECosociAL que foi realizada uma única vez em 2007 sob responsabilidade da Corporação de Estudos para Latino América, do Chile, e do Instituto Fernando Henrique Cardoso, do Brasil. A pesquisa é de tipo domiciliar e foi realizada no marco do projeto “Uma nova agenda para a coesão social na América Latina” teve como fim abordar aspectos relacionados com o nível de coesão social nos países participantes: Argentina, Chile, Colômbia, Brasil, Guatemala, México e Peru. O público alvo da pesquisa foram pessoas maiores de 18 anos, homens e mulheres, de todos os níveis socioeconômicos, e da mesma nacionalidade do país de aplicação. O desenho amostral considera numa amostra probabilística multietápica com: 1) primeira etapa com amostragem aleatória simples proporcional ao tamanho da população, unidade de observação os bairros; 2) seleção sistemática dos domicílios (a cada cinco unidades) e 3) seleção de um morador do domicílio atendendo as cotas de sexo e idade e excluindo pessoas de serviço doméstico. A representatividade da amostra é 100% da população da cidade escolhida. No caso do Brasil o número total de entrevistas foi de 1700 em quatro cidades: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, e São Paulo. A

3.2) Metodologia

Com o intuito de estabelecer a influência da religião nas atitudes redistributivas utilizou-se um modelo *logit* ordenado assumindo que as preferências individuais por redistribuição podem representar-se por uma variável latente subjacente Y^* , o modelo proposto é:

$$Y^* = S\beta + R\gamma + \varepsilon \quad (1)$$

onde:

Y^* é a variável não observada de nível de apoio à redistribuição, S é um vetor de características individuais (cor, sexo, idade, educação, situação laboral e classe social); R é um vetor de *dummies* que contém a denominação religiosa, a intensidade da vida religiosa individual, e se o indivíduo pertence ou não a um grupo religioso; e os vetores β e γ são os parâmetros respectivos, e ε é o termo de erro. A medida de apoio a políticas redistributivas tem cinco categorias, $i = 1 - 5$, com probabilidades de resposta:

$$\Pr(Y = 1) = \Pr(S\beta + R\gamma) \leq \mu_1$$

$$\Pr(Y = i) = \Pr(\mu_{i-1} < S\beta + R\gamma) \leq \mu_i \text{ para } Y = 2, \dots, 4$$

(2)

$$\Pr(Y = 5) = \Pr(\mu_4 < S\beta + R\gamma)$$

3.3) Variáveis dependentes

As variáveis dependentes selecionadas pertencem ao bloco de mobilidade social da pesquisa. As perguntas foram desenhadas contrastando duas posições opostas, assim, o entrevistado teve a oportunidade de escolher entre duas alternativas divergentes sobre um tema. A Tabela 1 contém cada uma das variáveis e suas porcentagens de resposta. A seguir, apresenta-se a descrição das perguntas escolhidas como variáveis dependentes.

- Necessidade de maior igualdade social versus necessidade de maiores recompensas ao esforço individual: esse quesito visa obter a opinião dos entrevistados sobre se o nível de desigualdade social existente no seu país é uma situação que os “incomoda” ou se acreditam que é necessário olhar mais para o

esforço individual e premiar os mais diligentes. Escolheu-se a opção “necessidade de maior igualdade social” já que dita formulação indaga indiretamente sobre a percepção das causas da desigualdade. Os dados da pesquisa mostram que 68% dos cidadãos brasileiros entrevistados experimentam insatisfação com o nível de injustiça social. Contrastando com a opção que faz referência ao esforço individual, apenas 20% manifestam-se a favor dessa opção. No presente estudo considerou-se a pergunta na forma: “Neste país deveria haver maior igualdade social”. Realizou-se uma transformação para adequar a variável ao formato do modelo *logit* ordenado.

- Sociedade igualitária versus progresso individual: a segunda variável aponta a pesquisar de novo sobre as preferências dos entrevistados a respeito de repartir o bolo em forma igualitária entre todos, procurando construir uma sociedade mais justa e equitativa, versus uma atitude individualista focada no progresso individual deixando de lado o nível de desigualdade existente. De acordo com os dados da ECosociAL, 42% dos brasileiros são a favor de uma sociedade mais igualitária frente a um 29% que invoca a prevalência do progresso individual em função das capacidades próprias e o esforço; e, 29% declara sua inclinação a concordar com as duas opções, ou seja, são partidários da combinação do progresso individual, porém procurando manter um equilíbrio que permita que a distribuição tente ser equitativa. Considerou-se a pergunta na forma: “Uma sociedade é melhor quanto mais cada indivíduo possa progredir, não importa se isso crie desigualdades”.
- Aumento do gasto social (via aumento de impostos) versus redução do gasto social (via diminuição de impostos): com a questão “É melhor reduzir os impostos mesmo que isso signifique gastar menos em saúde, educação e benefícios sociais, ou é melhor aumentar os impostos e gastar mais em saúde, educação e benefícios sociais” se observa a disposição de apoio à redistribuição considerando possíveis “perdas” por tributação. A diferença entre as pessoas que se manifestam a favor de mais impostos frente às que são contrárias, é mínima – 34% e 36% respectivamente–. Por outro lado, no setor das pessoas que se manifestam a favor das duas vertentes se encontra também um 30% da população. Analisando a variável com o nosso tópico de interesse, observa-se que por tipo de religião se mantém a distribuição uniforme nas três alternativas, diminuição de impostos, aumento e as duas opções. Considerando quão religiosa

se define a pessoa, em todos os níveis predomina o 33% em cada opção, com exceção do grupo dos mais religiosos que aparecem com 42% de apoio à alternativa de diminuição de impostos. Para o presente estudo consideramos a pergunta na forma: “É melhor aumentar os impostos e gastar mais em saúde, educação e benefícios sociais”, mantendo a escala original do questionário.

- Universalização versus focalização: no Brasil existem legalmente dois programas criados quase simultaneamente um universal¹⁷ e outro focalizado¹⁸. Dada a existência no Brasil de dois programas antagônicos: um universal – pouco ou quase nada conhecido pela população– e outro focalizado, qual é a tendência das preferências dos brasileiros frente a estas duas propostas? Considerando a questão “todos os cidadãos devem receber a mesma ajuda do Estado versus a ajuda do Estado deve destinar-se somente aos mais pobres e vulneráveis” tenta-se compreender este aspecto. Aproximadamente 48% da população entrevistada apoia medidas focalizadas frente a 37% que prefere medidas universais. Na atualidade a tendência de um maior apoio às políticas focalizadas parece não ter mudado desde o ano 2007 em que foi realizada a pesquisa ECosociAL. De acordo com os resultados mostrados por Lavinias et al. (2012), 53,9% da população manifesta discordar de políticas universais. Desde a perspectiva religiosa, em todas as denominações religiosas observa-se uma inclinação maioritária a políticas focalizadas com exceção das pessoas de outras religiões e ateus/agnósticos que aparecem com 35% cada um. Considerando a participação nas atividades religiosas, observa-se um comportamento similar. Para o presente estudo considerou-se a pergunta na forma: “A ajuda do Estado deve destinar-se somente aos mais pobres e vulneráveis”.

¹⁷ Na lei nº 10.835 de 08/01/2004 sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Art. 1 consta textualmente que “É instituída, a partir de 2005, a renda básica de cidadania, que se constituirá no direito de todos os brasileiros residentes no País e estrangeiros residentes há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário” (Diário Oficial da União do 9/01/2004, seção 1). Adicionalmente se menciona nos parágrafos 1, 2, 3 e 4 de dito documento que a renda básica de cidadania será implementada por etapas, priorizando as camadas mais necessitadas da população, que seu valor será igual para todos, e que dependerá do grau de desenvolvimento do país assim como das condições orçamentárias, que o pagamento da renda básica de cidadania poderá ser feito em parcelas iguais e mensais, e, finalmente que o valor percebido como parte deste benefício será considerado como renda não tributável.

¹⁸ O Bolsa Família regulamentado na Lei nº 10.836 sancionada em 09/01/2004, apenas um dia após a sanção da lei de renda básica de cidadania, é considerado “um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos” . (Ministério de Desenvolvimento Social, disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>).

Tabela 1 – Porcentagem de respostas das perguntas variável dependente

Pergunta 1	Porcentagem de respostas					Pergunta 2
	1	2	3	4	5	
Neste país deveria haver maior igualdade social.	48%	20%	12%	7%	13%	Neste país deveria haver maiores recompensas ao esforço individual.
Uma sociedade é melhor quanto mais igualitária for, mesmo que isto freie o impulso dos mais capazes.	24%	19%	30%	12%	15%	Uma sociedade é melhor quanto mais cada indivíduo possa progredir, não importa se isso crie desigualdades.
É melhor reduzir os impostos, mesmo que isso signifique gastar menos em saúde, educação e benefícios sociais	19%	15%	31%	19%	17%	É melhor aumentar os impostos e gastar mais em saúde, educação e benefícios sociais
Todos os cidadãos devem receber a mesma ajuda do Estado	21%	14%	16%	19%	30%	A ajuda do Estado deve destinar-se somente aos mais pobres e vulneráveis

Fonte: ECosociAL (2007)

3.4)

3.5) Variáveis religiosas

Nesta seção serão apresentadas algumas informações relacionadas com o comportamento religioso dos cidadãos brasileiros das quatro cidades objeto de estudo. Como foi dito na parte introdutória, a maioria da população do Brasil professa a fé católica que, segundo a pesquisa, tem uma participação de 63%, seguida pelos evangélicos com 20%, como Espíritas se identificaram 7% dos entrevistados, seguidos por quem manifestou não ter uma religião com 5%. À religião umbanda pertencem 2,5% dos entrevistados, enquanto que ateus/agnósticos aparecem com 0,7%.

Em relação à compreensão da participação em atividades religiosas, a pesquisa tem algumas questões que poderiam servir para este propósito. Depois de analisar cada uma destas e rodar diferentes modelos decidiu-se trabalhar com o quesito: “Em geral, você se definiria como uma pessoa muito religiosa, bastante religiosa, algo religiosa, pouco religiosa ou nada religiosa?”. As possibilidades de respostas para esta questão variam numa escala entre 1 e 5 para identificar: “muito religiosa”, “bastante religiosa”, “algo religiosa”, “pouco religiosa”, e “nada religiosa” respectivamente. Para realizar a análise inverte-se a escala.

Segundo os dados da pesquisa, 14% dos entrevistados se consideram muito religioso, 21% bastante religioso, a maior porcentagem se concentra no grupo dos algo religiosos com 34%, seguidos pelos pouco religiosos com 26% e a menor proporção representam os nada religiosos com 5%.

Finalmente 15% dos entrevistados manifestam que pertencem e participam de algum grupo religioso. Não se encontram diferenças importantes entre homens e mulheres, a participação é igualitária 50% para cada sexo. A faixa etária entre 45 e 54 anos tem a maior porcentagem de pessoas que pertencem a um grupo religioso com 38% dos entrevistados com idades compreendidas nos valores dessa faixa. Dos religiosos só 17% pertence e participa em algum grupo religioso. Por fim, quase a metade dos mais religiosos pertence e participa em algum grupo religioso (45%).

Com o intuito de obter mais detalhes da base de dados realizaram-se alguns cruzamentos relacionados com as variáveis religiosas básicas, denominação e participação.

A distribuição de homens e mulheres em cada religião é homogênea, com diferenças importantes apenas no grupo de Evangélicos e Espíritas nos quais predominam as mulheres com 58% e 64% respectivamente. Das pessoas que manifestam não ter uma religião 60% são homens.

Continuando com a análise por sexo, de forma geral as mulheres expressam serem pessoas muito religiosas. Dos indivíduos que declararam ser muito praticantes 68% pertencem ao sexo feminino. Dos entrevistados que se consideram nada religiosos 68% são homens.

Por grupo de idade, as maiores porcentagens de pessoas que se consideram muito e bastante religiosas são de 45 – 54 e 55 anos ou mais com 40% em ambos casos, frente a 30% que se repete nas idades compreendidas entre 18 – 24, 25 – 34 e 45 – 54.

Por cor não existem fatos que chamem a atenção; a religião católica predomina em todas as etnias, seguida pelos evangélicos.

As variáveis de denominação e participação religiosa que aparecem nos modelos deste trabalho são:

- Religiosos: pertencem a essa categoria todos os indivíduos que manifestaram ter uma religião, isto é, sem fazer distinção da denominação religiosa.
- Seculares: são seculares todos os indivíduos que indicaram não seguir a doutrina de uma religião específica ou se identificaram como ateus ou agnósticos.

- Católicos: indivíduos que professam a fé católica.
- Protestantes: foram alocados na categoria protestante todos os entrevistados que se identificaram como Evangélicos.
- Outras religiões: estão os indivíduos das religiões judaica, umbanda, candomblé ou outras religiões de origem africana, espíritas e outras.
- Ateu: entrevistados que disseram ser ateus, agnósticos ou sem nenhuma religião.
- Candidato_fe: que capta a importância da religião na política. Os entrevistados responderam quão importante consideram para votar que o candidato tenha fé em Deus.

3.6) Variáveis de controle

A seguir se descrevem as variáveis de controle e na Tabela 2 se apresentam os estatísticos descritivos das variáveis de controle.

- As variáveis da cor autodeclarada pelos entrevistados aparecem nos modelos com as seguintes classificações: “Branco”, “Negro”¹⁹, “Indígena”, e “Pardos”²⁰. Nesse último grupo se incluíram os indivíduos quem se identificaram como mistura de branco com negro, branco com indígena, negro com indígena, e uma mistura de tudo.
- “Tem_companheiro” é uma variável dummy igual a 1 quando o respondente tem algum tipo de união –sejam solteiros, casados, separados, divorciados ou viúvos, que morem com um companheiro–, e 0 em caso contrário. As pessoas que não moram com um companheiro pertencem à categoria “Sem_companheiro”.
- “Superior” é igual a 1 quando o entrevistado tem graduação, mestrado ou doutorado como diploma mais elevado obtido, e 0 em caso contrário (Não_sup).

¹⁹ Seguindo a terminologia usada na pesquisa usou-se a expressão “negro”.

²⁰ No questionário não aparece o termo pardo, porém aparecem as seguintes opções de resposta: mistura de branco com negro, mistura de branco com indígena, mistura de negro com indígena e mistura de tudo. Todas essas opções foram agrupadas na categoria pardo.

Tabela 2 – Estatísticos descritivos variáveis de controle

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Algo_rel	0,59	0,49	0	1
Nada_rel	0,06	0,25	0	1
Secular	0,92	0,27	0	1
Católico	0,61	0,49	0	1
Outras	0,11	0,32	0	1
Ateu	0,07	0,27	0	1
Candidato_fe	0,51	0,5	0	1
Idade	40	16	18	97
Idade ²	1.853	1412,58	324	9409
Negro	0,17	0,38	0	1
Indígena	0,013	0,11	0	1
Pardo	0,37	0,48	0	1
Sem companheiro	0,49	0,5	0	1
Superior	0,075	0,26	0	1
Mulher	0,52	0,5	0	1
Desempregado	0,064	0,25	0	1
Não_mercado	0,33	0,47	0	1
Informal	0,22	0,41	0	1
Media_alta	0,13	0,34	0	1
Media_baixa	0,32	0,47	0	1
Baixa	0,29	0,45	0	1
Merito	0,43	0,5	0	1
N	1570			

Fonte: Fonte: ECosociAL (2007)

- A variável “Idade” está medida em anos e tem valores compreendidos no intervalo 18-97. Também se inclui a variável ao quadrado: Idade².
- “Mulher” toma o valor de 1 quando o entrevistado é de sexo feminino e 0 quando é do sexo masculino (Homem).
- No tocante à situação empregatícia foram construídas as seguintes categorias: “Formal” (pessoas com um vínculo empregatício formal), “Informal” (pessoas que pertencem ao mercado informal de trabalho ou autônomos), “Desempregado” (indivíduos que estão sem emprego), “Não_mercado” (aposentados, donas de casa, estudantes, e incapacitados para o trabalho por doença crônica ou invalidez).

- A classe social foi determinada baseada na questão: “Em nossa sociedade, as pessoas tendem a situar-se em classes sociais diferentes. Você se sente parte de alguma destas classes?” (1=classe alta, 2=classe média alta, 3=classe média, 4=classe média baixa, 5=classe baixa). Neste trabalho aparecem as categorias “Alta”, “Média _alta”, “Média”, “Média_baixa”, “Baixa”. A Tabela 3.2 contém os estatísticos descritivos das variáveis mencionadas.

3.7) Resultados

Nas Tabelas 3 e 4 desta seção se mostram os resultados dos dois modelos respectivamente: 1) considerando a divisão entre religiosos e seculares²¹ e, 2) realizando uma distinção da filiação religiosa em quatro grandes grupos: católicos, protestantes, outras religiões e ateus; intensidade da vida religiosa; e variáveis de controle.

Realizou-se uma regressão para cada uma das atitudes (igualdade social, progresso individual, pagar mais impostos, e focalização) com as variáveis religiosas (religiosidade, participação e denominação religiosa, importância da fé do candidato) e as variáveis de controle descritas anteriormente (cor, estado conjugal, educação, idade, sexo, situação empregatícia, e percepção de classe social).

Tabela 3 – Modelos considerando divisão entre religiosos e seculares

Modelo	Igualdade social	Progresso individual	Impostos	Focalização
Algo_rel	-0.0220 (0.1014)	0.0400 (0.0998)	-0.1066 (0.0994)	-0.1988* (0.1023)
Nada_rel	0.9849*** (0.2932)	0.4503** (0.2191)	0.1436 (0.1965)	-0.1351 (0.2168)
Secular	-0.4678* (0.2399)	-0.0284 (0.2320)	-0.0081 (0.2596)	0.1262 (0.2461)
Candidato_fe	-0.2090** (0.1004)	-0.1667 (0.1014)	0.0591 (0.1005)	0.3645*** (0.1001)
N	1570	1570	1570	1570
McFadden's R ²	0.0346	0.0085	0.0051	0.0104

Erros padrão em parêntesis * p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01.

²¹ Só se apresentam os resultados das variáveis de interesse.

Tabela 4 – Modelos considerando a denominação religiosa dos entrevistados

Modelo	Igualdade social	Progresso individual	Impostos	Focalização
Algo_rel	-0.0331 (0.1034)	0.0593 (0.1006)	-0.1182 (0.1009)	-0.1610 (0.1051)
Nada_rel	0.9791*** (0.2935)	0.4595** (0.2198)	0.1341 (0.1975)	-0.1039 (0.2182)
Católico	0.0765 (0.1305)	-0.1165 (0.1351)	0.0893 (0.1361)	-0.2502** (0.1264)
Outras	0.0754 (0.1770)	0.0379 (0.1828)	0.1432 (0.1768)	-0.2282 (0.1732)
Ateu	-0.4068 (0.2617)	-0.0982 (0.2612)	0.0752 (0.2858)	-0.0748 (0.2687)
Candidato_fe	-0.2031** (0.1005)	-0.1677* (0.1018)	0.0699 (0.1020)	0.3480*** (0.1006)
Idade	0.0154 (0.0184)	0.0233 (0.0194)	-0.0108 (0.0190)	-0.0133 (0.0174)
Idade2	-0.0002 (0.0002)	-0.0002 (0.0002)	0.0000 (0.0002)	0.0001 (0.0002)
Negro	0.4444*** (0.1535)	0.3260** (0.1623)	-0.0242 (0.1627)	0.2967* (0.1569)
Indígena	0.6628 (0.4402)	0.5718 (0.4968)	0.2080 (0.3050)	-0.7149* (0.4210)
Pardo	0.3148*** (0.1210)	0.0753 (0.1191)	0.1552 (0.1211)	0.3405*** (0.1176)
Sem companheiro	0.3993*** (0.1080)	0.1967* (0.1055)	-0.0904 (0.1078)	0.1808* (0.1057)
Superior	-0.0792 (0.1751)	0.0439 (0.1433)	0.1283 (0.1616)	-0.2076 (0.1532)
Mulher	-0.0188 (0.1013)	-0.0308 (0.0994)	-0.0380 (0.0955)	0.0672 (0.0980)
Desempregado	-0.2434 (0.1988)	0.2009 (0.1939)	-0.0654 (0.2119)	0.2702 (0.2182)
Não_mercado	-0.1080 (0.1324)	0.1084 (0.1238)	0.0624 (0.1232)	0.0103 (0.1235)
Informal	-0.2692** (0.1322)	0.0087 (0.1264)	0.0859 (0.1238)	0.0315 (0.1248)
Media_alta	1.3503*** (0.1686)	0.3337** (0.1504)	0.1606 (0.1478)	0.3582** (0.1522)
Media_baixa	0.2830** (0.1303)	0.1338 (0.1329)	-0.0246 (0.1336)	-0.0815 (0.1299)
Baixa	0.4533*** (0.1358)	0.1423 (0.1450)	0.0382 (0.1438)	-0.2356* (0.1427)
Merito	-0.2108** (0.1033)	0.0645 (0.1024)	-0.2791*** (0.1035)	-0.0444 (0.1014)
N	1570	1570	1570	1570
McFadden's R ²	0.0346	0.0085	0.0050	0.0114

Erros padrão em parêntesis * p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01.

Ao nível de religiosos e seculares, os resultados não proporcionaram evidências da existência de diferenças no apoio a políticas redistributivas entre os indivíduos

pertencentes a esses dois grupos. Scheve e Stavage (2006) antecipam que este tipo de divisão faz mais sentido em sociedades industrializadas onde o processo de secularização tem sido mais evidente. Destarte, seria procedente aprofundar no tema da secularização no Brasil e suas implicações desde o ponto de vista econômico, com relação à referida temática muito há ainda que se investigar no âmbito nacional. A análise orientada a observar as diferenças entre diferentes denominações revelou a evidência de que os católicos poderiam ser menos favoráveis do que os protestantes à implementação de políticas focalizadas. Todavia, a partir destes resultados não se pode concluir que existem grandes diferenças no apoio a medidas redistributivas entre católicos, protestantes, outras religiões, e ateus/agnósticos/sem nenhuma religião. Lembrando que a proposta de Bénabou e Tirole (2006) se baseia na ética protestante do trabalho, se reconhecem diferenças substanciais entre a religião típica weberiana e as religiões brasileiras. Ciarallo (2003) referindo-se à presença de um tipo de protestantismo tal como descrito por Weber na sociedade brasileira no estrito sentido “Desta religião, no Brasil, muito pouco se sentiu a presença” (*Ibid.*, p. 10). Com mais cautela, afirma-se que –tal como se expressou na formulação da hipótese–, dadas as especificidades religiosas brasileiras existem evidências de que o nível de religiosidade tem um efeito negativo no apoio por redistribuição. Também é importante mencionar a heterogeneidade do protestantismo brasileiro torna mais complexo ainda realizar este tipo de estudos, pois não seria possível generalizar atitudes em um grupo que apesar de compartilhar a denominação “protestante” tem diferenças desde seu surgimento no Brasil até sua posterior expansão (Giumbelli, 2000).

No referente à intensidade da vida religiosa nos modelos relacionados com igualdade social e progresso individual, os nada religiosos aparecem com sinal positivo e a variável é significativa, ou seja, quem não tem uma vida religiosa ativa estaria menos satisfeito com o nível de igualdade social existente se comparado com os muito religiosos. Assim, se pode concluir que no que tange ao efeito da intensidade da vida religiosa, os resultados obtidos proporcionam evidências da existência de diferenças nos distintos níveis de prática religiosa. As pessoas mais religiosas estariam mais satisfeitas com o nível de igualdade social e a favor do progresso individual. Esses resultados que confirmam a terceira hipótese se encaixam no modelo de Bénabou e Tirole (2006) que consideram que os indivíduos mais religiosos seriam mais trabalhadores e apoiariam baixos níveis de redistribuição e de pago de impostos. Realizando uma leitura conjunta dos resultados não significativos ao nível de classificações religiosas –por denominação

religiosa e entre religiosos e seculares– , e a evidência de que a “intensidade vida religiosa individual” influencia nas preferências por redistribuição dos cidadãos das cidades estudadas, interpretam-se esses resultados como um reflexo da liberdade para professar uma religião e da tolerância existente entre os membros de diferentes religiões –afirmação que se realiza com base no índice de fragmentação religiosa apresentado na seção introdutória–, quer dizer que o fato dos indivíduos serem de diferentes denominações religiosas não os “marca” como seguidores de uma determinada tendência redistributiva, pois, não existem evidências de um seguimento institucional estrito. Ressaltando o tema da intensidade da prática religiosa, os resultados obtidos sugerem que, o que faz a diferença no Brasil é a vida religiosa individual, e é nesse aspecto onde se poderiam encontrar mais pontos comuns mesmo em membros de diferentes religiões.

Para finalizar com a apresentação de resultados das variáveis religiosas, a postura religiosa dos candidatos políticos influenciaria na postura redistributiva. Nos dois primeiros modelos a variável aparece como negativa e significativa, quer dizer desde a posição de eleitores os entrevistados terão preferência por candidatos que não tenham um tinte redistributivo. Por outro lado, no modelo quatro, a mesma variável aparece como positiva e significativa, esse resultado sugere uma preferência por políticas focalizadas.

Por fim, apesar de não ser o ponto de interesse principal, se dedica um espaço para apresentar os principais achados referentes às variáveis de controle. Pessoas de pele negra e pardos mostram uma maior predisposição a redistribuir e maior predisposição à universalização ao serem comparados com os brancos que apoiariam menos políticas redistributivas. Pessoas deste grupo racial, em geral, no Brasil são vítimas de processos de discriminação e exclusão e este aparente apoio a políticas redistributivas e á focalização poderia traduzir-se como a reivindicação de uma sociedade mais igualitária.

Pessoas que dizem pertencer à classe média alta pareceriam apelar por mais igualdade social, concordam com pagar mais impostos e se mostram como mais favoráveis a medidas focalizadas do que os indivíduos da classe baixa. Fong (2001) manifesta a existência de evidências de que o auto-interesse financeiro (*homo economicus*) não explicaria totalmente as atitudes redistributivas, argumentando que existem programas sociais com altos níveis de apoio, mesmo das pessoas mais ricas, ou seja, não somente dos potenciais beneficiários que apoiam as políticas redistributivas.

O estado conjugal também influenciaria na postura redistributiva individual. Obtendo um resultado já observado na literatura os solteiros seriam mais favoráveis à redistribuição. Alesina e Giuliano (2011) e Alesina e La Ferrara (2005) observaram um efeito negativo do casamento nas atitudes redistributivas. Linos e West (2003) argumentam que o casamento teria um efeito negativo na disposição a redistribuir posto que, o casamento pode ser considerado uma “espécie de seguro”, que deixaria as pessoas menos expostas ao risco (LINOS e WEST, 2003).

Finalmente, a variável relacionada com o esforço que, conforme esperado, é significativa e negativa, quer dizer pessoas que acreditam no valor do esforço como forma de progresso e sucesso econômico seriam menos favoráveis a redistribuir, resultado também observado em Corneo e Grüner (2002).

CONCLUSÕES

Visando instigar uma discussão que se considera relevante para as decisões políticas e econômicas do Brasil, analisou-se o papel da religião na determinação das preferências por redistribuição. Como foi mencionado na parte introdutória deste trabalho, é um tema complexo, desta forma não é indicado obter conclusões simplesmente baseados nos modelos e evidências empíricas internacionais. Outro aspecto que ressalta na hora de fazer generalizações é a composição religiosa heterogênea no Brasil, mesmo no grupo dos evangélicos se distinguem duas correntes bem definidas as quais internamente têm diferenças não desprezíveis.

Por ora, fazendo referência aos achados deste artigo, que não se desconhece são limitados, existem evidências de que a intensidade da vida religiosa poderia influenciar na noção do nível desejável de igualdade social e na postura frente ao pago de mais impostos. As pessoas que manifestaram algum grau de religiosidade –variando desde pouco a muito– apareceram como mais tolerantes com o nível de igualdade social ao serem comparados com os nada religiosos.

As informações obtidas a partir dos modelos animam a continuar pesquisando sobre o papel da religião no Brasil. Uma opção interessante seria usar bases de dados que primeiro contenham a informação de todo o país, segundo que permitam realizar modelos mais específicos considerando as correntes: protestante tradicional e pentecostais. Adicionalmente, considerando as mudanças em termos religiosos,

políticos e econômicos que aconteceram no Brasil, seria interessante indagar com bases de dados que compreendam um período maior.

BIBLIOGRAFIA

- ALESINA, F., EASTERLY, W., DEVLEESCHAUWER, A., KURLAT, S., WACZIARG, R. **Fractionalization**. *Journal of Economic Growth*, v. 8, n. 2, p. 155-194, 2003.
- ALESINA, A.; GIULIANO, P. **Preferences for Redistribution**. In: BENHABIB, J.; JACKSON, M.; BISIN, A. (Ed.), *Handbook of Social Economics*, 1A, North Holland, p. 93–132, 2011.
- ALESINA, A.; LA FERRARA, E. **Preferences for redistribution in the land of opportunities**. *Journal of Public Economics*, v. 89, p. 897–931, 2005.
- ANUATTI-NETO, F.; NARITA, R. **A influência da opção religiosa na acumulação de capital humano: um estudo exploratório**. *Revista Estudos Econômicos*, v. 34, n. 4, 2004.
- AZZI, C.; EHRENBERG, R. **Household allocation of time and church attendance**. *Journal of Political Economy*, v. 83, n.1, p. 27-56, 1975.
- BARRO, R., McCLEARY, R. **Political Economy and Religion in the Spirit of Max Weber**. Stanford University Press, 2007.
- _____, **Religion and economic growth across countries**. *American Sociological Review*, v. 68, n. 5, 2003.
- BÉNABOU, R., TIROLE, J. **Belief in a Just World and Redistributive Politics**. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 121, n. 2, p. 699 – 746, 2006.
- BOBSIN, O. **Teologia da prosperidade ou estratégia da sobrevivência**. *Estudos Teológicos*, v. 35, n. 1, p. 21-38, 1995
- CHANG, W. **Religion and Preferences for Redistributive Policies in an East Asian Country**. *Poverty & Public Policy*, v. 2, p. 81–109, 2010.
- CIARALLO, G. **Secularização no Brasil: Explicação sociológica ou compreensão histórica?**, XI Congresso Brasileiro de Sociologia, UNICAMP, Campinas, 1 a 5 de setembro de 2003.
- CIEPLAN (2007), **Cuestionario Encuesta de cohesión social en América Latina** (ECosociAL).
-

- CIEPLAN (2007), **Metodología Encuesta de cohesión social en América Latina** (ECosociAL).
- CORNEO, G.; GRÜNER, H. **Individual preferences for political redistribution.** *Journal of Public Economics*, v. 83, p. 83–107, 2002.
- Diário Oficial da União (09-01-2004), seção 1.
- FONG, C. **Social Preferences, Self-Interest and the Demand for Redistribution.** *Journal of Public Economics*, v. 82, p. 225 – 246, 2001.
- GIUMBELLI, E. **A Vontade do Saber: Terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro,** *Religião e Sociedade*, v. 21, n.1, p. 87-119, 2000.
- HUBER, J., STANIG, P. **Church-state separation and redistribution.** *Journal of Public Economics*, v. 95, p. 828–836, 2011.
- IANNACONE, L. **Introduction to the Economics of Religion.** *Journal of Economic Literature*, v. 36, n. 3, p. 1465-1495, 1998.
- IBGE Censo 2010.
- LINOS, K., WEST, M. **Self-interest, Social Beliefs, and Attitudes to Redistribution: Re-addressing the Issue of Cross-national Variation.** *European Sociological Review*, v. 19, n. 4, p. 393–409, 2003.
- LUTTMER, E. **Group Loyalty and the Taste for Redistribution.** *Journal of Political Economy*, v. 109, n. 3, p. 500-528, 2001.
- MACHADO, M. **Religião, cultura e política.** *Religião e Sociedade*, v. 32,n. 2, p. 29-56, 2012.
- MARIANO, R. **Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal.** *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, 2004.
- MARX, K. **Towards the Critique of Hegel’s Philosophy of Right.** In: en Feuer, Lewis S. (ed.) *Marx and Engels: Basic Writings on Politics and Philosophy* (London: Fontana), 1969 (1844).
- NERI, M (coordenador). **Novo mapa das religiões.** Rio de Janeiro, FGV, CPS, 2011.
- OLIVEIRA, L.; CORTES, R; BALBINOTTO, G. **A economia da religião e seus fundamentos: teste de um modelo de escolha religiosa.** *Estudos Econômicos*, v. 41, n. 4, 2011.
- SCHEVE, K.; STASAVAGE, D. (2006), “Religion and Preferences for Social Insurance”, *Quarterly Journal of Political Science*, vol. 1: 255–286.
- SOUZA, M.; MAGALHAES, M. Os pentecostais: entre a fé e a política. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 43, p. 85-105, 2002.

WEBER, M. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Editora Martin Claret, São Paulo 2001 [1904].
